



**60 ANOS DO GOLPE DE 1964:
TEMÁTICAS CLÁSSICAS, PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS,
ARQUIVOS DIVERSOS**

O desconhecimento e a desvalorização deste passado contribuíram para que as novas gerações tenham tido uma formação insuficiente, em termos políticos, tanto em relação a uma consciência cidadã e ética, quanto na exigência intransigente dos Direitos Humanos.

(Enrique Serra Padrós, presente, hoje e sempre)

Em 2024 estamos rememorando os 60 Anos do Golpe de 1964. Passadas estas seis décadas, sabemos muito mais do que na primeira década, quando o Brasil ainda iniciava o período do Governo Geisel e a resistência à Ditadura apresentava os estertores da luta armada, fortalecendo a oposição limitada, consentida e institucionalizada no interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), somando-se a alguns movimentos sociais que timidamente iam retomando a ação pública de auto-organização. Em 1974, setores mais influentes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), majoritariamente apoiadores de 1964. Assim como integrantes oriundos de partidos políticos que sustentaram o Golpe e foram extintos com o bipartidarismo do Ato Institucional Nº 2 (AI-2) de 1965 e o cancelamento das eleições para a Presidência, no ano seguinte, já estavam em franca e aberta oposição aos governos que eram sucedidos por generais escolhidos indiretamente pelos comprometidos com o Terrorismo de Estado (TDE) dos 21 anos Ditadura de Segurança Nacional.

Mesmo que ainda sabemos pouco sobre o que foi a Ditadura Brasileira, sabemos mais do que antes, isto porque a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a tentativa de impedimento da posse de Jango teve seu contraponto na extraordinária Campanha da Legalidade, adiando o Golpe por quase três anos. Os ministros das Forças Armadas, assim como setores golpistas da imprensa, do Departamento de Estado estadunidense e das classes dominantes que sequer toleravam o trabalhismo no governo e as Reformas de Base, mesmo conquistando o parlamentarismo conciliatório, o qual limitou as iniciativas de João Goulart até 1963, não admitiram a mobilização popular que colocou nas ruas operários e estudantes, militares e policiais militares defendendo o cumprimento da Constituição em 1961.

Rapidamente se rearticularam criando, como já disse René Dreifuss, o complexo do (IPES) e do (IBAD), o primeiro deles para a ação ideológica, o segundo para a ação política, respectivamente instrumentalizando setores da mídia e das universidades e financiando com recursos milionários, internos e externos, a eleição de governadores, deputados e vereadores comprometidos com a desestabilização do Governo João Goulart. E conseguiram.

Sob intenso ataque anticomunista, elegeram as Reformas de Base, inegavelmente a Reforma Agrária como principal delas, impingindo às tentativas de reformas um caráter que elas absolutamente não possuíam na época, o socialismo. Na conjuntura pós-Revolução Cubana, conquistaram o apoio majoritário da alarmada classe média, que marchou de rosário na mão pedindo o Golpe que se construía desde 1961, em nome de um discurso que “salvaria o Brasil do Comunismo”.

Empresários, banqueiros e outros, nacionais e estrangeiros, contribuíram para a fomentação da Ditadura no Brasil, através de um Golpe contra a incipiente democracia política brasileira, contra as reformas políticas e sociais, contra a politização das organizações da sociedade civil (Ligas Camponesas, CGT, UNE, Partidos de esquerda como PCB ou PCdoB) e contra o debate cultural e intelectual que vivia o País (CPCs e MEBs, revistas como a *Brasiliense* e muitos jornais populares), destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais progressistas, como já indicou a interpretação clássica de Caio Navarro de Toledo. Um golpe reacionário da direita e das classes dominantes e seus ideólogos, civis ou militares, tendo atrás de si o suporte estratégico, político e militar dos Estados Unidos, na linha de interpretação de João Quartim de Moraes,

Neste meio tempo, a historiografia e as ciências sociais passaram a discutir categorias explicativas (“Revolução” ou “Golpe”; “Regime” ou “Ditadura”; “Golpe e Ditadura Militar”; “Golpe Civil-Militar e Ditadura Civil-Militar”; “Golpe e Ditadura Empresarial-Militar”; “Golpe e Ditadura Midiático-Militar”, “Ditadura de Segurança Nacional”, “Terrorismo de Estado”, entre

outros), o caráter de classe da Ditadura, os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, entre tantos outros, com recortes de gênero, de etnia e de tantos e infinitos recortes que vêm se apresentando nos novos estudos e pesquisas.

Nessa linha, a resistência à Ditadura e o processo da luta social e política, também entraram nas temáticas de interesse, sobretudo para o entendimento mais complexo sobre o fim da Ditadura e a chamada Transição Democrática, em claras tentativas de evitar os reducionismos analíticos presentes em interpretações consideradas clássicas. Também, aqui, foi sendo necessário identificar o avanço das pesquisas diante da abertura (mesmo que ainda parcial) dos arquivos da Ditadura, situação ainda em suspense, denunciada por militantes, familiares e profissionais (em destaque para historiadores e arquivistas), haja vista a resistência, sobretudo das instituições militares, bem como daqueles setores da sociedade civil que foram partícipes ou defensores dos crimes de lesa pátria e lesa humanidade, praticados naqueles 21 anos.

Com estas considerações, transparece que temos um longo caminho pela frente, a fim de entendermos melhor as contradições brasileiras entre 1964 e 1985. Neste sentido, o presente Dossiê, **“60 Anos do Golpe de 1964: Temáticas Clássicas, Pesquisas Contemporâneas, Arquivos Diversos”**, a partir de cinco artigos de novos pesquisadores, responde às novas perspectivas sobre a temática do Golpe de 1964 e da Ditadura que se seguiu até 1985, cujas consequências sociais, políticas, econômicas e culturais se dão até a atualidade.

O primeiro deles é o artigo “O Golpe de abril de 1964 e porque as datas importam”, de **Lineker Noberto**, no qual o historiador problematiza a relevância política das datas históricas, discutindo se o Golpe de 1964 pode ser datado pelo 31 de março ou pelo 1º de abril, explorando as possíveis condições de resistência, tanto do Governo Federal como de seus apoiadores.

A seguir, temos o artigo “Prisioneiros no país do silêncio: cultura do medo e Terrorismo de Estado no Brasil Ditatorial (1964-1985)”, de autoria do igualmente historiador, **Maicon Mauricio Vasconcelos Ferreira**, no qual são apresentadas as diretrizes que edificaram e caracterizaram a “Cultura do Medo” e como esta foi peça planejada e fundamental na sustentação da Ditadura no Recife imediatamente posterior ao Golpe de 1964, bem como se deu a ação do Terrorismo de Estado na relação do Estado com a sociedade civil pernambucana.

Na sequência, temos o texto “Direito à memória e à verdade: testemunhos e memórias subterrâneas da Ditadura Militar”, de **Ivo dos Santos Canabarro e Bianca Strücker**, no qual os autores enfatizam o valor da memória como elemento fundamental para a noção de verdade no Brasil Contemporâneo, através do estudo de caso de narrativas testemunhais sobre pessoas desaparecidas na Ditadura, defendendo a importância dos testemunhos de atores periféricos para

a repactuação do Estado após período autoritário, bem como a necessidade de Justiça de Transição para o Brasil.

O quarto artigo, “Para combater o ‘redil da fina flor comunista’: a circulação de informações entre universidades e o MEC através dos órgãos de vigilância”, do historiador **Renan Nascimento Reis**, estuda a vigilância e a repressão do Serviço Nacional de Informações (SNI), no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA), através de documentação arquivística liberada para pesquisas mais recentemente, complementadas por fontes orais, fotografias e notícias de jornais, os quais possibilitaram identificar os mecanismos ditatoriais a fim de desarticular a resistência estudantil universitária na Amazônia.

O último artigo do Dossiê “O legado de Carlos Marighella e as memórias sobre a resistência armada na música contemporânea: o intelectualismo orgânico divergente de Mano Brown e Caetano Veloso”, também de um historiador, **Diego Grossi**, procura estudar a construção memorialística de diferentes agrupamentos sociais diante das heranças da luta armada contra a Ditadura, nas canções *Mil faces de um homem leal* (2012) do grupo Racionais MCs, e *Um comunista* (2012), de Caetano Veloso, cuja análise expõe distintas perspectivas de classe dos artistas na apropriação do legado do líder revolucionário que foi assassinado pela Ditadura.

O Dossiê acima é complementado neste volume da **História: Debates e Tendências** com os seguintes artigos, de temáticas que ampliam atuais estudos históricos e de áreas afins:

- a) “Aliança para o Progresso e Peace Corps: a visão dos Estados Unidos e de Brizola (1961-1963)”, de **Marcelo Marcon**, mostra como o Departamento de Estado dos Estados Unidos passou a descrever Leonel Brizola como “antiamericano”, “comunista”, “virulento”, “subversivo”, entre outros, discutindo como os programas estadunidenses, a partir do governo de John Kennedy, assim como o olhar de Leonel Brizola sobre os mesmos;
- b) “Sobre a educação pública e gratuita na República Brasileira: uma breve história” de **Marcos Jovino Asturian**, por meio de pesquisa bibliográfica, estuda o acesso à educação pública e gratuita de parte da Formação Histórica Brasileira, a fim de compreender os desafios da educação contemporânea;
- c) “A instituição militar brasileira no século XIX: o Exército visto pelos periódicos militares (1854-1879)”, de **Fernanda de Santos Nascimento**, visa apresentar um panorama do Exército brasileiro no século XIX pelo olhar de periódicos militares, publicados entre 1854 e 1879, em muitas províncias do Império, estudando o discurso neles veiculado, com o objetivo de ampliar a História do Exército no campo da Nova História Militar;
- d) “O debate historiográfico acerca da Crise do Século XIV: entre a Grande Depressão e o desenvolvimento do Mundo Moderno”, de **Kátia Brasilino Michelin**, apresenta a compreensão

da historiografia europeia sobre o período, priorizando as permanências e as continuidades, a partir de possibilidades interpretativas e revisões historiográficas sobre o chamado “Mundo Ocidental” e, por fim;

e) “A escrita da história da Farroupilha: entre a construção da ordem e a política palaciana”, de **Fabício Antônio Antunes Soares**, examina como a operação historiográfica, articulada com a construção de sentido na narrativa da historiografia, elaborou uma narrativa sobre a Farroupilha nas obras de Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, no contexto da construção da ordem monárquica e nas disputas políticas palacianas.

Com isso, a *História: Debates e Tendências* espera que os leitores e o mundo acadêmico se sintam oportunizados para seguir a atualização de novas pesquisas sobre temas históricos e de áreas afins contidas neste volume. Assim como os organizadores salientam, para finalizar, que os estudos sobre a Ditadura no Brasil, bem como suas conexões com a América Latina ou qualquer outro recorte espacial e temporal, não representam um tema que a academia, os historiadores e os pesquisadores de áreas afins possam tratar com isenção. A frágil democracia brasileira e o histórico das tentativas e consecuições de golpe na História Republicana têm deixado à espreita àqueles não comprometidos com as liberdades básicas e os direitos fundamentais de cidadania para todos, como foi no 8 de janeiro de 2024. Portanto, nos 60 Anos de 1964, este também é um dossiê para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

Por fim, os organizadores e a comissão editorial saúdam e agradecem aos autores que contribuíram para que este volume se torne um contributo a mais para os atuais estudos históricos e de suas áreas afins.

Dr. Diorge Alceno konrad

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

Dra. Tatyana de Amaral Maia

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal de Juiz de
Fora (UFJF), Brasil**